

PAUTA DE PRIORIDADES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ AOS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, por seus 28 municípios associados, decidiu pleitear, dentro do princípio federativo, a implantação de ações necessárias ao desenvolvimento da região, da forma que se coloca a seguir.

Rio do Sul, setembro de 2018

PAUTA DE PRIORIDADES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

AGRICULTURA

- Compromisso com a implementação de políticas de governo que contribuam para a ampliação da produção de alimentos através da Agricultura Orgânica;
- Apoiar a implementação do SUASA (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária), através de consórcios municipais;
- Garantir programas institucionais de aquisição de alimentos diretamente da Agricultura Familiar, principalmente para a merenda escolar;
- Criar programas que ofereçam qualificação profissional de agricultores com especial atenção à juventude;
- Apoiar a implantação do Centro de Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros na região;
- Possibilitar o acesso à internet e sinal de celular para todas as áreas rurais;
- Expandir as redes de energia elétrica trifásica para todas as áreas rurais;
- Garantir a continuidade de programa para fornecimento de calcário aos municípios.

SAÚDE

- Garantia Regular do Cofinanciamento Estadual
- Implantar programa regionalizado de especialidades médicas, utilizando as estruturas físicas e de pessoal dos municípios;
- Comprometer-se com aplicação da Emenda Constitucional nº 72/16, que fixa o percentual mínimo na saúde;
- Cofinanciamento dos Consórcios de Saúde;
- Cumprir o Programa de Incentivo Estadual para ações de serviços de saúde de média e alta complexidade, (ex: R\$ 0,30 per capita);
- Realizar mutirões de exames médicos e cirurgias eletivas;
- Priorizar e fortalecer as ações das unidades públicas hospitalares;
- Ampliar e fortalecer as redes de urgência e emergência, cegonha, psicossocial, doenças crônicas e portadores de necessidades especiais;
- Ampliação da listagem de medicamentos excepcionais;
- Implantação de CAPs, por parte do Estado, em todos os municípios do Alto Vale do Itajaí, com mais de 15.000 habitantes ou municípios consorciados.

EDUCAÇÃO E DESPORTO

- Instrumentar os estabelecimentos escolares para uso de tecnologia digital no ensino, conectando-as a rede da internet, e assim interligando escola, professor, aluno, pais de alunos e gestores, via portais;
- Adequar os estabelecimentos de ensino, bem como os equipamentos e veículos à lei de acessibilidade e mobilidade;
- Estabelecer mecanismos de valorização aliados à avaliação dos profissionais de educação;

- Apoiar graduandos de baixa renda, com transporte e mensalidades, quando matriculados em faculdades privadas;
- Alocar recursos orçamentários como forma de apoiar iniciativas para realização de práticas esportivas com crianças e adolescentes no contra turno escolar;
- Repassar aos municípios o valor justo para o custeio do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino.

TRANSPORTE PÚBLICO

- Adequar veículos, abrigos e plataformas de embarques de passageiros à lei de acessibilidade;
- Criar programa para construção de abrigos e plataformas de embarques de passageiros;
- Instrumentar o aeroporto em Lontras para voos não visuais.

MODAIS DE TRANSPORTE/MOBILIDADE URBANA

- Comprometer-se com a mobilização em prol da implantação do Corredor Ferroviário Catarinense passando pelo Alto Vale do Itajaí, para transporte de cargas e passageiros;
- Comprometer-se com a mobilização em prol da elaboração do projeto de engenharia e implantação da duplicação da BR-470, trecho Indaial – BR-116;
- Comprometer-se com a mobilização em prol da garantia de recursos para manutenção da BR-470;
- Comprometer-se com a mobilização para restauração da ponte na BR-470 entre os municípios de Apiúna e Ibirama;
- Implantação e pavimentação das rodovias estaduais de ligação:
 - a) Conclusão do trecho Rio do Sul - Presidente Getúlio
 - b) Acesso a Mirim Doce
 - c) Vidal Ramos – Botuverá
 - d) Lontras – Vidal Ramos
 - e) Vitor Meireles – Santa Terezinha – Monte Castelo
 - f) José Boiteux – Papanduva
 - g) Atalanta – Ituporanga
 - h) Agrolândia – Braço do Trombudo
 - i) Petrolândia – BR-282 (Bom Retiro)
 - j) Rio do Oeste – Taió
 - k) Agronômica – Trombudo Central (antiga estrada da madeira)
 - l) Salete – Witmarsum
 - m) Salete – Rio do Campo;
- Implantação/melhorias das interseções e entroncamentos da BR-470 que corta a região:
 - a) elevado, trevo ou desvio na área urbana em Pouso Redondo
 - b) trevo de acesso a Lontras/Presidente Nereu
 - c) trevo de acesso a Trombudo Central/Agrolândia/Braço do Trombudo
 - d) trevo de acesso a Mirim Doce;
- Anéis rodoviários de desvios das rodovias estaduais e federal nas áreas urbanas em:
 - a) BR-470 - SC-350 - anel viário Sul – Rio do Sul
 - b) SC-350 - SC-110 - anel viário Leste – Ituporanga
 - c) SC-350 - SC-110 - SC-350 - anel viário Oeste – Ituporanga
 - d) SC-114 - SC-427- SC-114 - anel viário Oeste – Taió
 - e) SC-340 - SC-340 - anel viário Oeste – Presidente Getúlio
 - f) BR-470 - SC-340 - anel viário Sul – Ibirama

g) BR-470 - SC-281- SC-112 - anel viário Oeste – Trombudo Central

h) SC-112 - SC-281 - anel viário Norte – Agrolândia;

- Implantação de ciclovias nas rodovias estaduais que ligam áreas urbanas;
- Substituição de lombadas eletrônicas por passarelas ou passagens subterrâneas de pedestres em áreas urbanas nas rodovias estaduais e federais da região;
- Revitalização e acostamentos em todas as rodovias estaduais da região;
- Auxílio na supressão de árvores na faixa das rodovias estaduais e federal;
- Elevação de cinco trechos, atingidos pelas recorrentes cheias, na Rodovia SC-350 Rio do Sul- Aurora (projetos executados pela AMAVI).

DEFESA CIVIL

- Executar ações e obras que permitam um melhoramento fluvial dos rios na bacia hidrográfica do Rio Itajaí, minimizando as cheias no Alto e Médio Vale do Itajaí;
- Liberar, através de doações, equipamentos e recursos financeiros de órgão estadual ou federal, com o objetivo de estruturar melhor as Defesas Cíveis Municipais do Alto Vale do Itajaí;
- Implantação de um sistema de monitoramento e alerta com índices pluviométricos e fluviométricos (Estações Hidrometeorológicas) ligados a um provedor em diversos pontos do Vale do Itajaí, com o intuito de informar em tempo real à população as condições meteorológicas e os níveis dos rios;
- Auxiliar os municípios na elaboração do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, com o intuito de enfrentar os desastres naturais, gerando condições na preparação organizada e planejada das comunidades, nas respostas aos eventos danosos;
- Realizar e apoiar cursos de capacitações técnicas aos servidores municipais e voluntários para um melhor entendimento em Defesa Civil nas ações de prevenção, resposta e reconstrução aos desastres.

SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE

- Alocar recursos orçamentários do Estado e da União para auxiliar os municípios na implementação da Política Nacional de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007 e da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010;
- Otimizar as informações do declarante do CAR e formar um amplo e diversificado banco de dados para uso em políticas públicas.

HABITAÇÃO

- Alocar recursos aos orçamentos públicos para minimização dos déficits habitacionais das populações de baixa renda das áreas urbanas e rurais.

RECEITAS, DESPESAS E GESTÃO PÚBLICA

- Buscar a distribuição das receitas públicas entre União, Estados e Municípios utilizando-se de critérios justos e proporcionais as suas competências;
- Vedar de forma constitucional os entes federais e estaduais de legislarem sobre quotas partes de receitas pertencentes aos municípios como também de atribuir competências aos mesmos;
- Revogar de imediato qualquer ato que esteja violando o direito constitucional de repartição das receitas municipais;

- Fornecer e permitir aos municípios o amplo acesso às informações, via sistema eletrônico ou fornecimento de arquivos, os dados utilizados para o cálculo dos índices de quota parte na receita da União ou do Estado, bem como as informações do montante da arrecadação dos tributos a que eles têm parte;
- Promover e divulgar estudos de custo benefício para a sociedade na implantação ou manutenção de órgãos da administração pública, bem como, de serviços públicos terceirizados, como forma de atender o princípio constitucional da eficiência;
- Atribuir responsabilidade material e criminal ao agente político ou funcionário público que causar prejuízo à receita municipal;
- Criar e implantar mecanismos que minimizem a burocracia pública, bem como, criar formas de agilizar as ações públicas em todos os entes e níveis da administração pública, em especial nos procedimentos licitatórios;
- Comprometer-se com a reforma fiscal com uma tributação justa para a sociedade brasileira;
- Comprometer-se com a exclusão do cálculo dos gastos com pessoal, as despesas de pessoal decorrentes de programas dos governos estadual e federal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Implantação de CRAS, por parte do Estado, em todos os municípios da região do Alto Vale do Itajaí, com o objetivo de padronizar a estrutura;
- Adoção de política de RH, a exemplo do MDS, de modo a atender no âmbito dos municípios conforme o estabelecido NOB- RH/SUAS;
- Auxílio da Secretaria de Estado da Assistência Social – SST aos municípios para implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Ampliação do financiamento, por parte do Estado, tornando o repasse fundo a fundo conforme feito pelo Governo Federal.

TURISMO

- Execução do projeto de sinalização turística em todos os municípios da região do Alto Vale;
- Destinação de recursos com repasse direto à Instância de Governança Regional Caminhos do Alto Vale para execução de projetos regionais;
- Efetivo apoio na implantação da lei TRAF que regulamenta o turismo na agricultura familiar.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Aumentar o número de efetivos da Polícia Civil e Militar, garantindo em cada município o número mínimo recomendado para a segurança e investigações;
- Capacitar, avaliar, valorizar e equipar as polícias militar e civil;
- Aumentar os recursos orçamentários para segurança pública;
- Comprometer-se em retomar o projeto Bem-te-vi nos municípios que ainda não foram contemplados.

JUSTIÇA E CIDADANIA

- Estudar e implantar método de efetivas melhorias de recuperação dos presidiários, como também distinguir alojamentos por tipologia criminal;
- Construção de uma Penitenciária no Alto Vale do Itajaí.

PACTO FEDERATIVO

- Comprometer-se de imediato com a regulamentação do pacto federativo, adequando responsabilidades ou competências com a capacidade ou recursos para o cumprimento das obrigações.

GESTÃO

- Garantir a descentralização das decisões e dos recursos, envolvendo as Associações de Municípios;
- Comprometer-se com o princípio constitucional da eficiência, criando mecanismos de avaliação do custo benefício social dos órgãos ou estatais;
- Comprometer-se com a democratização das subvenções, criando um mecanismo republicano com critérios de distribuição dos recursos justos e transparentes (a exemplo do FUNDAM);
- Eliminar a cobrança dos Municípios para manter os órgãos de responsabilidade do Estado, como: Cidasc, Epagri, Polícia Civil, Polícia Militar, APAE, EJA...

Rio do Sul, setembro de 2018.

Cesar Luiz Cunha
Presidente da AMAVI